DIREITO CIVIL – PROF. DICLER – RETA FINAL PARA O ISS-SP

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO PRASILEIRO

1. (CETRO/CREF 4ª Região/Procurador/2013) Em relação à Lei de Introdução e às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

(A) O Brasil adotou o sistema da obrigatoriedade simultânea das leis segundo o qual, salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o País 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicada. x

(B) O direito estrangeiro jamais poderá ser aplicado pelo juiz brasileiro.

(C) A repristinação é regra no ordenamento brasileiro.

(D) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se 6 (seis) meses depois de oficialmente publicada.

(E) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior.

2. (CETRO/TRT-SC/Analista Judiciário/2007) Consoante regramento estabelecido pelo Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil), tem-se que

(A) se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue

(B) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga e modifica a lei anterior.

(C) nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se quatro meses depois de oficialmente publicada.

(D) as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova. x

(E) a vigência das leis, que os Governos Estaduais elaborem por autorização do Governo Federal, depende da aprovação deste e começa no prazo que a legislação federal fixar.

3. (FCC/TJ-PE/Juiz Substituto/2013) No caso de publicação para corrigir texto de lei publicado com incorreção,

(A) não haverá novo prazo de *vacatio legis* depois da nova publicação, se ocorrer antes de a lei ter entrado em vigor.

(B) tratando-se de lei já em vigor, as correções consideram-se lei nova.

(C) não se considerarão lei nova as correções, tenha ou não já entrado em vigor o texto incorreto.

(D) deverá, necessariamente, ser estabelecido um prazo para sua nova entrada em vigor, além de disciplinar as relações jurídicas estabelecidas antes da nova publicação.

(E) deve o conflito entre os textos ser resolvido pelo juiz por equidade, porque a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro não regula os efeitos da nova publicação de texto de lei.

Hierarquia, cronologia ou especialidade

4. (CETRO/SEMSA/Prefeitura de Manaus/Advogado/2012) Acerca do conflito de leis no tempo e no espaço, analise as assertivas abaixo.

I. Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigência até que outra a modifique ou revogue.

II. Lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

III. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga e modifica a anterior.

IV. Salvo disposição contrária, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

É correto o que se afirma em

(A) I, II, III e IV.

(B) I e IV, apenas.

(C) IV, apenas.

(D) I, II e IV, apenas. x

(E) I e II, apenas.

5. (CETRO/PGM/Campinas-SP/Procurador/2012) Assinale a alternativa correta em relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

(A) Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem domiciliados seus proprietários.

(B) O penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa, em cuja posse se encontre a coisa apenhada. x

(C) A sucessão de bens de estrangeiros, situados no país, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, independentemente das vantagens que oferece a lei do país do *de cujus*.

(D) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que assinado.

(E) Aplicar-se-á a lei do país em que estiverem atualmente situados os bens móveis que se destinarem a transporte para outros lugares.

6. (CETRO/PGM/Campinas-SP/Procurador/2012) Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

(B) A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes revoga e modifica a lei anterior. x

(C) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

(D) Ninguém se escusa de cumprir a lei alegando que não a conhece.

(E) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS

7. (CETRO/DAAE/Prefeitura de Araraquara-SP/Procurador Autárquico/2012) Assinale a alternativa que apresenta a definição de sujeito absolutamente incapaz.

(A) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade. x

(B) Os ébrios habituais.

(C) Os excepcionais sem desenvolvimento mental completo.

(D) Os pródigos.

8. (CETRO/TRT-SC/Analista Judiciário/2007) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

(A) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade. x

(B) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

(C) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

(D) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

(E) os pródigos.

9. (FCC/TRE-PR/Analista Administrativo/2012) Serão representados nos atos da vida civil

(A) os relativamente incapazes.

(B) os absoluta ou relativamente incapazes.

(C) somente os menores de 16 anos.

(D) somente os menores de 18 anos.

(E) os absolutamente incapazes.

10. (CETRO/SEMSA/Prefeitura de Manaus/Advogado/2012) **Não** cessará, para os menores, a incapacidade

(A) pelo exercício de emprego público efetivo.

(B) pela colação de grau em curso de ensino superior.

(C) pelo estabelecimento civil ou comercial ainda que não resulte em economia própria do menor. x

(D) pelo casamento.

(E) pela concessão dos pais mediante instrumento público.

11. (CETRO/DAAE/Prefeitura de Araraquara-SP/Procurador Autárquico/2012) Acerca da disciplina das pessoas naturais no Código Civil assinale a alternativa correta.

(A) A pessoa natural ou física começa sua existência com o nascimento com vida, embora a lei não ponha a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

(B) Os direitos de personalidade têm aplicabilidade restrita às pessoas naturais, não se aplicando às pessoas jurídicas.

(C) O Código Civil não permite a declaração judicial de morte presumida sem decretação de ausência.

(D) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. x

12. (CETRO/SEMSA/Prefeitura de Manaus/Advogado/2012) Acerca do domicílio civil, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) Se a pessoa natural tiver diversas residências onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

(B) Muda-se o domicílio com a transferência da residência e intenção manifesta de mudar.

(C) O domicílio da União é o Distrito Federal.

(D) O preso possui domicílio necessário no lugar em que cumprir sentença. x

(E) Os contratantes jamais poderão, nos contratos escritos, especificar domicílio onde exercitem ou cumpram os direitos e obrigações deles resultantes. x

13. (CETRO/DAAE/Prefeitura de Araraquara-SP/Procurador Autárquico/2012) Conforme a disciplina do domicílio das pessoas jurídicas e naturais no Código Civil, analise as assertivas abaixo.

I. O domicílio da União é o Distrito Federal.

II. O domicílio da pessoa natural quanto à profissão é o lugar onde esta é exercida.

III. A pessoa que não tenha residência habitual não possui domicílio.

IV. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o marítimo e o preso

É correto o que se afirma em

(A) I, II e III, apenas.

(B) III, apenas.

(C) I, II e IV, apenas. x

(D) II e III, apenas.

14. (FCC/TCE-AP/Analista de Controle Externo/2012) Têm domicílio necessário

(A) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

(B) os religiosos.

(C) as pessoas casadas.

(D) as pessoas naturais que não tenham residência habitual

(E) os servidores públicos.

15. (CETRO/TRT-SC/Analista Judiciário/2007) Relativamente ao tema do domicílio, dispõe o Código Civil Brasileiro que

(A) o domicílio da pessoa moral é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

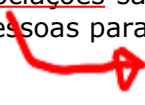
jurídica

(B) se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio a primeira delas.

(C) ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada. x

(D) se muda a residência, transferindo o domicílio, com a intenção manifesta de o mudar.

(E) têm domicílio necessário a União, o Estado-Membro, o Município e pessoas jurídicas determinadas.

16. (CETRO/SEMSA/Prefeitura de Manaus/Advogado/2012) São pessoas jurídicas de direito público, **exceto**:

(A) o município.

(B) as autarquias.

(C) as associações públicas.

(D) os partidos políticos. x

(E) os territórios.

17. (CETRO/PGM/Campinas-SP/Procurador/2012) Em relação à disciplina legal das pessoas jurídicas, assinale a alternativa que apresenta disposição correta.

(A) Recentemente, a Lei nº 12.441/11 acrescentou nova modalidade de pessoa jurídica de direito privado denominada de empresa individual de responsabilidade limitada. x

(B) É permitido ao Poder Público negar reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao funcionamento das organização religiosas.

(C) São pessoas jurídicas de direito público interno as autarquias, mas não as associações públicas.

(D) Os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo, não obrigam a pessoa jurídica.

(E) São pessoas jurídicas de direito público interno as organizações religiosas e os partidos políticos.

18. (CETRO/DAAE/Prefeitura de Araraquara-SP/Procurador Autárquico/2012) Acerca das pessoas jurídicas, conforme disciplinado no Código Civil, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) A pessoa jurídica pode sofrer dano moral.

(B) As fundações são pessoas jurídicas de direito privado.

(C) As organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito privado.

(D) As associações são pessoas jurídicas de direito privado que se constituem pela união de pessoas para fins econômicos. x

SOCIEDADE

19. (CETRO/PGM/Campinas-SP/Procurador/2012) Em relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

(B) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo quando importar em diminuição permanente da integridade física ou contrariar os bons costumes.

(C) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou à intervenção cirúrgica.

(D) A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a essa norma.

(E) Não é válida, com objetivo científico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte. X

20. (CETRO/IMPLURB/Prefeitura de Manaus-AM/Procurador Autárquico/2012) Tendo em vista as disposições sobre as pessoas jurídicas, assinale a alternativa que **não** se coaduna com as previsões do Código Civil.

(A) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.

(B) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

(C) Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.

(D) Encerrada a liquidação, promover-se-á o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica.

(E Às pessoas jurídicas não se aplicam os direitos de personalidade. X

21. (CETRO/LIQUIGÁS/Advogado/2007) Leia as alternativas abaixo e assinale a incorreta.

(A) A sociedade coligada ou filiada é aquela que participa com dez por cento ou mais, do capital de outra, sem controlá-la.

(B) O juiz pode, a requerimento de qualquer interessado, nomear administrador provisório caso falte à administração da pessoa jurídica.

(C) Se a pessoa jurídica tiver diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

(D) Quando, por lei ou pelo contrato social, competir aos sócios decidir sobre os negócios da sociedade, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor das quotas sociais.

(E) O direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro, decai no prazo de quatro anos. x

→ 3 ANOS

22. (CETRO/LIQUIGÁS/Advogado/2007) Considera-se domicílio da pessoa natural o

(A) lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. x

(B) local onde for encontrada.

(C) lugar onde exerce atividade profissional.

(D) lugar onde habitualmente é encontrada.

(E) local onde presta serviços.

CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

23. (FCC/TRF 1ª Região/Execução de mandados/2011) Um saco de cimento e um saco de arroz são bens

(A) fungível e infungível, respectivamente.

(B) infungível e fungível, respectivamente.

(C) infungíveis.

(D) fungíveis.

(E) não consumíveis.

24. (CETRO/PGM/Campinas-SP/Procurador/2012) Sobre a disciplina dos bens no Código Civil, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.

(B) Consideram-se pertenças os bens que, constituindo partes integrantes, se destinam de modo duradouro ao uso, serviço ou ao aformoseamento de outro. x

(C) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.

(D) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.

(E) Os negócios jurídicos, que dizem respeito ao bem principal, não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

FATOS JURÍDICOS

25. (CETRO/IMPLURB/Prefeitura de Manaus-AM/Procurador Autárquico/2012) Em relação ao negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

(A) O negócio anulável não pode ser confirmado pelas partes.

(B) As nulidades dos negócios jurídicos somente podem ser alegadas pelo Ministério Público.

(C) As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido supri-las, ainda que a requerimento das partes. x

(D) A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, podendo ser pronunciada de ofício ou alegada pelas partes, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.

(E) É de 5 (cinco) anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico.

26. (CETRO/ISS/Campinas-SP/Auditor Fiscal/2011) É anulável o negócio jurídico

(A) quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.

(B) quando não revestir a forma prescrita em lei.

(C) quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

(D) por incapacidade relativa do agente. X

(E) quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

27. (CETRO/TRT-SC/Analista Judiciário/2007) Concorde a redação do Código Civil Brasileiro, invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados as condições

(A) física ou juridicamente impossíveis, quando interruptivas.

(B) ilícitas, ou de fazer coisa ilícita. x

(C) compreensíveis e permeadas pelo contraditório.

(D) impossíveis, quando resolutivas.

(E) de não fazer coisa impossível.

28. (CETRO/TRT-SC/Analista Judiciário/2007) Relativamente ao tema do erro ou ignorância, assim considerados como defeitos do negócio jurídico, têm-se que

(A) são anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio. x

(B) o falso motivo não vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.

(C) o erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.

(D) o erro de cálculo não autoriza a retificação da declaração de vontade.

(E) o erro prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.

29. (FCC/TRT 1ª Região/Execução de Mandados/2013) Sobre o erro ou ignorância, de acordo com o Código Civil Brasileiro, é INCORRETO afirmar:

(A) O erro será substancial quando sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.

(B) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.

(C) O erro de indicação da coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa.

(D) O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.

(E) A transmissão errônea da vontade por meios interpostos não é anulável ao contrário do que ocorre nos casos de declaração direta

30. (CETRO/LIQUIGÁS/Advogado/2007) Em relação às nulidades dos atos e negócios jurídicos, é correto afirmar que

(A) o negócio jurídico simulado é anulável mas subsistirá o que se dissimulou se válido na forma e na substância.

(B) o negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro. x

(C) é nulo o negócio jurídico quando uma das partes é relativamente incapaz.

(D) é nulo o negócio jurídico por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

(E) o negócio jurídico nulo pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

31. (CETRO/IMPLURB/Prefeitura de Manaus-AM/Procurador Autárquico/2012) Assinale a alternativa correta, considerando as disposições legais acerca da prescrição.

(A) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão. x

(B) A renúncia da prescrição somente pode ser expressa.

(C) Os prazos de prescrição somente podem ser alterados por acordo das partes.

(D) A prescrição pode ser alegada somente na primeira instância.

(E) A prescrição iniciada contra uma pessoa suspende-se contra o seu sucessor.

32. (CETRO/LIQUIGÁS/Advogado/2007) Leia as alternativas abaixo e assinale a correta.

(A) A prescrição não corre entre cônjuges durante a constância do casamento, salvo se vencido o prazo.

(B) A prescrição não corre entre ascendentes e descendentes, mas somente entre tutelados e curatelados.

(C) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua contra o sucessor. x

(D) Os prazos de prescrição podem ser alterados pelas partes desde que o façam expressamente e por mútuo consentimento.

(E) A prescrição somente pode ser alegada em primeiro grau de jurisdição e pela parte a quem aproveita.

33. (CETRO/TRT-SC/Analista Judiciário/2007) A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á

(A) por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação dos cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

(B) por protesto cambial. x

(C) pela apresentação do título de crédito em cartório de documentos e títulos.

(D) por qualquer ato administrativo que constitua em mora o credor.

(E) por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo credor, durante a tutela ou curatela.

34. (CETRO/DAAE/Prefeitura de Araraquara-SP/Procurador Autárquico/2012) Sobre a disciplina da prescrição e decadência no Código, analise as assertivas abaixo.

I. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.

II. Não corre a prescrição contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.

III. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á por despacho do juiz que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual, salvo se o juízo é incompetente, caso em que não haverá interrupção da prescrição.

IV. A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

É correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I, II e IV, apenas. x

(C) III e IV,. apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

35. (CETRO/ISS/Campinas-SP/Auditor Fiscal/2011) Em relação aos prazos de prescrição, assinale a alternativa incorreta.

(A) Prescreve em 1 (um) ano a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos.

(B) Prescreve em 2 (dois) anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

(C) Prescreve em 3 (três) anos a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários. X

(D) Prescreve em 4 (quatro) anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

(E) Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

OBRIGAÇÕES

36. (CETRO/CREF 4ª Região/Procurador/2013) Sobre o direito obrigacional e sobre os bens, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.

(B) O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos.

(C) O reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de boa ou má-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo. x

(D) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.

(E) São consideradas benfeitorias necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.

37. (CETRO/IMPLURB/Prefeitura de Manaus-AM/Procurador Autárquico/2012) De acordo com o Código Civil – Das modalidades das obrigações, analise as assertivas abaixo.

I. Os frutos percebidos são do credor.

II. Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.

III. Se a coisa se perder, ainda que sem culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.

É correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas. x

(C) III, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) I e III, apenas.

38. (CETRO/TJ-RJ/Outorga das delegações das atividades notoriais ou registrais/2012) Nas obrigações solidárias ativas, é incorreto afirmar que

(A) cada um dos credores solidários tem o direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.

(B) enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a qualquer daqueles poderá pagar.

(C) o pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago.

(D) o credor que tiver remitido a dívida ou recebido o pagamento não responderá aos outros pela parte que lhes caiba. d

(E) a um dos credores solidários não pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.

39. (CETRO/TRT-SC/Analista Judiciário/2007) Ao credor assistirá o direito de cobrar a dívida antes de vencido o prazo estipulado no contrato ou marcado no Código Civil Brasileiro

(A) no caso de falência do devedor, ou de concurso de credores. x

(B) se os bens, hipotecados ou empenhados, forem executados pelo mesmo credor.

(C) se tornarem-se suficientes, as garantias do débito, fidejussórias, ou reais, e o devedor, intimado, se prestar a reforçá-las.

(D) se iniciarem as garantias do débito, fidejussórias, ou reais, e o devedor, intimado, se obrigar a reforçá-las.

(E) se houver, no débito, solidariedade passiva, hipótese em que se reputará vencido o prazo quanto aos outros devedores solventes.

CONTRATOS

40. (CETRO/PGM/Campinas-SP/Procurador/2012) Sobre as disposições gerais dos contratos no Código Civil, assinale a alternativa correta.

(A) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente. x

(B) Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

(C) Deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. Para esse efeito, não é considerada presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante.

(D) Aceitação fora do prazo não implica nova proposta.

(E) Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar da aceitação.

41. (CETRO/ISS/Campinas-SP/Auditor Fiscal/2011) Considerando-se a disposição legal acerca da doação, assinale a alternativa correta.

(A) O doador pode fixar prazo ao donatário, para declarar se aceita ou não a liberalidade. Desde que o donatário, ciente do prazo, não faça, dentro dele, a declaração, entender-se-á que recusou.

(B) A doação feita em contemplação do merecimento do donatário não perde o caráter de liberalidade, como não o perde a doação remuneratória, ou a gravada, no excedente ao valor dos serviços remunerados ou ao encargo imposto. X

(C) A doação far-se-á somente por escritura pública, sendo vedada a doação verbal.

(D) A doação feita ao nascituro valerá independentemente de aceitação pelo seu representante legal.

(E) A doação à entidade futura caducará se, em 5 (cinco) anos, esta não estiver constituída regularmente.

42. (CETRO/TJ-RJ/Outorga das delegações das atividades notoriais ou registrais/2012) Quanto ao contrato de doação, é correto afirmar que

(A) é anulável a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador.

(B) é anulável a doação quanto à parte que exceder a de que o doador, no momento da liberalidade, poderia dispor em testamento.

(C) a doação será realizada sempre por escritura pública ou particular, mas nunca verbalmente.

(D) é possível a renúncia antecipada do direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário.

(E) não prevalece cláusula de reversão em favor de terceiro. x

43. (CETRO/CREF 4ª Região/Procurador/2013) Sobre o contrato de depósito, assinale a alternativa correta.

(A) Pelo contrato de depósito, recebe o depositário um objeto imóvel, para guardar, até que o depositante o reclame.

(B) Ainda que o contrato fixe prazo para restituição, em regra, o depositário entregará o depósito tão logo que se lhe exija. b

(C) Pode o depositário, sem licença expressa do depositante, servir-se da coisa depositada.

(D) O contrato de depósito, em regra, é oneroso.

(E) Se o depositário se tornar incapaz, o depósito transmite-se à pessoa que lhe assumir a administração dos bens.

44. (CETRO/LIQUIGÁS/Advogado/2007) Quanto ao mandato, é correto afirmar que

(A) somente pode ser outorgado mediante instrumento particular.

(B) ainda quando outorgado por instrumento público, o mandato pode ser substabelecido mediante instrumento particular. x

(C) a aceitação do mandato jamais pode ser tácita.

(D) somente pode ser outorgado por escrito.

(E) jamais pode ser tácito.

45. (CETRO/SEMSA/Prefeitura de Manaus/Advogado/2012) Acerca do contrato de prestação de serviços, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

( ) No contrato de prestação de serviço, quando qualquer das partes não souber ler nem escrever, o instrumento poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas.

( ) Conta-se no prazo do contrato o tempo em que o prestador de serviços, por culpa sua, deixou de servir.

( ) Não havendo prazo estipulado, nem se podendo inferir da natureza do contrato ou do costume do lugar, qualquer das partes, a seu arbítrio, mediante prévio aviso, pode resolver o contrato.

( ) Findo o contrato, o prestador de serviço tem direito a exigir da outra parte a declaração de que o contrato está findo.

(A) V/ V/ V/ V

(B) V/ F/ V/ V x

(C) V/ F/ V/ F

(D) F/ F/ F/ F

(E) V/ V/ F/ V

46. (CETRO/TJ-RJ/Outorga das delegações das atividades notoriais ou registrais/2012) É correto afirmar que, no contrato estimatório,

(A) a coisa consignada não pode ser restituída.

(B) a coisa consignada não pode ser objeto de penhora ou sequestro pelos credores do consignatário, enquanto não pago integralmente o preço. B

(C) o consignante pode dispor da coisa mesmo antes de lhe ser restituída ou de lhe ser comunicada a restituição.

(D) o consignatário se exonera da obrigação de pagar o preço, se a restituição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível.

(E) o consignante doa bens móveis ao consignatário, que tem a obrigação de vendê-los e prestar contas ao consignante.

RESPONSABILIDADE CIVIL

47. (CETRO/ISS/Campinas-SP/Auditor Fiscal/2011) Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa incorreta.

(A) Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

(B) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, inclusive se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz. X

(C) São também responsáveis pela reparação civil o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.

(D) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

(E) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.

48. (CETRO/LIQUIGÁS/Advogado/2007) Sobre a nova disciplina da responsabilidade civil no atual Código Civil, é correto afirmar que

(A) é sempre objetiva, pois a obrigação de reparar o dano surge independentemente da demonstração da culpa.

(B) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la é pessoal e não se transmitem com a herança.

(C) os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação, salvo disposição de lei especial em contrário. x

(D) o dono ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado, independentemente de culpa da vítima.

(E) a responsabilidade civil é independente da criminal, em nada aproveitando as conclusões do processo penal na ação de reparação de danos ajuizada no Juízo Cível.

51. (CETRO/IMPLURB/Prefeitura de Manaus-AM/Procurador Autárquico/2012) Assinale a alternativa correta, no que tange à responsabilidade civil.

(A) A responsabilidade civil é independente da criminal. Sendo assim, há a possibilidade de questionar sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, ainda que estas questões se achem decididas no juízo criminal.

(B) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, em qualquer situação.

(C) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, inclusive nas situações em que a lei o permita, ficará obrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.

(D) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, a metade do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

(E) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação. x

52. (CETRO/IMPLURB/Prefeitura de Manaus-AM/Procurador Autárquico/2012) Sobre o Código Civil – Das preferências e privilégios creditórios, assinale a alternativa correta.

(A) Procede-se à declaração de insolvência toda vez que as dívidas excedam à importância dos bens do devedor. x

(B) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, em qualquer situação.

(C) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, inclusive nas situações em que a lei o permita, ficará obrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.

(D) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, a metade do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

(E) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.

53. (CETRO/IMPLURB/Prefeitura de Manaus-AM/Procurador Autárquico/2012) Considerando as disposições legais acerca dos atos unilaterais, analise as assertivas abaixo.

I. Aquele que, por anúncios públicos, se comprometer a recompensar, ou gratificar, a quem preencha certa condição, ou desempenhe certo serviço, contrai obrigação de cumprir o prometido.

II. Quem quer que, nos termos do artigo 854 do Código Civil, fizer o serviço, ou satisfizer a condição, ainda que não pelo interesse da promessa, poderá exigir a recompensa estipulada.

III. Antes de prestado o serviço ou preenchida a condição, pode o promitente revogar a promessa, contanto que o faça com a mesma publicidade; se houver assinado prazo à execução da tarefa, entender-se-á que renuncia o arbítrio de retirar, durante ele, a oferta.

É correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I, II e III. x

(E) I e III, apenas.

DIREITO DAS COISAS

54. (CETRO/ISS/Campinas-SP/Agente Fiscal/2011) Assinale a alternativa incorreta, considerando-se a previsão legal acerca da aquisição da propriedade imóvel.

(A) Aquele que, por 15 (quinze) anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

(B) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por 5 (cinco) anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

(C) Enquanto não se registrar o título translativo, o alienante continua a ser havido como dono do imóvel.

(D) Quando, por força natural violenta, uma porção de terra se destacar de um prédio e se juntar a outro, o dono deste adquirirá a propriedade do acréscimo, independentemente de indenização, em qualquer situação. X

(E) O álveo abandonado de corrente pertence aos proprietários ribeirinhos das duas margens, sem que tenham indenização os donos dos terrenos por onde as águas abrirem novo curso, entendendo-se que os prédios marginais se estendem até o meio do álveo.

55. (CETRO/IMPLURB/Prefeitura de Manaus-AM/Procurador Autárquico/2012) Considerando as previsões legais da superfície, segundo o Código Civil, assinale a alternativa correta.

(A) O direito de superfície não autoriza obra no subsolo, ainda que seja inerente ao objeto da concessão.

(B) O proprietário pode conceder a outrem o direito de construir ou de plantar em seu terreno, por tempo determinado, mediante escritura pública devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis. x

(C) A concessão da superfície será gratuita ou onerosa; se onerosa, o pagamento somente poderá ser feito de uma só vez.

(D) O direito de superfície é intransferível.

(E) No caso de extinção do direito de superfície em consequência de desapropriação, a indenização cabe ao proprietário.

56. (CETRO/TJ-RJ/Outorga das delegações das atividades notoriais ou registrais/2012) Sobre hipoteca, analise as assertivas abaixo.

I. Pode ser objeto de hipoteca o domínio direto, mas não o domínio útil.

II. O dono do imóvel hipotecado pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, desde que em favor de outro credor.

III. O adquirente do imóvel hipotecado, desde que não se tenha obrigado pessoalmente a pagar as dívidas aos credores hipotecários, poderá exonerar-se da hipoteca, abandonando-lhes o imóvel.

É correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) III, apenas. x

(D) I e III, apenas.

(E) II e III, apenas.